EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NO PROCESSO PEDAGÓGICO

QUITÉRIA LEONARDO DA SILVA

Resumo

O presente trabalho apresenta a temática da educação inclusiva e utilização da ludicidade mediante o processo pedagógico, onde mesmo sendo um assunto de antigas discursões ainda caminha em passos lentos nos espaços escolares. Subtende-se que a escola passa por dificuldades no momento de se planejar incluir os educandos deficientes, fazendo com que o verdadeiro objetivo da educação inclusiva fique apenas nos papéis, por falta de compreensão ou até mesmo planejamento pedagógico e estrutura física. Com isso, surge o objetivo geral onde está em compreender a educação inclusiva e a importância da ludicidade no processo pedagógico, e os respectivos objetivos específicos seguem: identificar a história da educação inclusiva e suas respectivas leis e decretos; compreender a funcionalidade da ludicidade no processo da educação inclusiva e apresentar a educação inclusiva e o processo pedagógico diante da utilidade do lúdico. Entende-se que o ato de incluir perpassa a questão visual, está no dia a dia da escola, no núcleo da vivência, porque precisa ser algo que aconteça na prática de verdade e não apenas um faz de contas como forma de alimentar um sistema.

Palavras chaves: Educação Inclusiva; Ludicidade; Processo Pedagógico.

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho indagou uma temática que vem sendo discutida com mais frequência à educação inclusiva, onde mesmo sendo um assunto de antigas discursões ainda caminha em passos lentos nos espaços escolares. Bem como pelos os governantes que precisam estar atentos para auxiliarem, dando condições de trabalho nos espaços, pois se entende que apenas os gestores juntamente com os educadores não conseguem sozinhos ofertar totais condições aos educandos deficientes.

Diante de esta ótica surgir o problema da pesquisa com a seguinte indagação: será que a educação inclusiva realmente está incluído os educandos mediante o processo de aprendizagem ou infelizmente falta planejamento pedagógico dos educadores? Subtende-se que a escola passa por dificuldades no momento de planejarem incluir os educandos deficientes, fazendo com que o verdadeiro objetivo da educação inclusiva fique apenas nos papéis, por falta de compreensão ou até mesmo planejamento pedagógico e estrutura física. Entende-se que as dificuldades são muitas, bem como a falta de fiscalização pelos os poderes executivo e legislativo, uma vez que, são falhos, mas que o compromisso da oferta de educação de qualidade deve estar em primeiro lugar, e em total comunhão com a família. Já que a intenção da escola é forma cidadãos para que sejam inseridos na sociedade, desse modo entende-se que é preciso um trabalho em conjunto, escola, família e sociedade.

Com isso, surge o objetivo geral onde está em compreender a educação inclusiva e a importância da ludicidade no processo pedagógico, e os respectivos objetivos específicos seguem: identificar a história da educação inclusiva e suas respectivas leis e decretos; compreender a funcionalidade da ludicidade no processo da educação inclusiva e apresentar a educação inclusiva e o processo pedagógico diante da utilidade do lúdico. Desse modo, o trabalho de pesquisa será desenvolvido mediante o estudo teórico e bibliográfico relacionado à educação inclusiva, tendo em vista a perspectiva do trabalho com a ludicidade bem como entender as praticas do processo pedagógico. Sendo relevante destacar que a partir do momento que se recebe educandos com deficiência a escola como instituição, bem como o corpo docente e discente precisam dar as mãos para acolher e oferecer o melhor, pois apenas assim os mesmos serão verdadeiramente inclusos.

2- Educação Inclusiva breve histórico

A oferta de educação é um direito garantido a todo cidadão independentemente de suas necessidades psicológicas, motoras e do espaço em que viva. Todos possuem direitos iguais perante a lei, mas para que essas leis fossem garantidas muitas lutas foram traçadas pela sociedade e os respectivos políticos. Na história educacional com a educação especial não foi diferente mesmo que ainda em passos lentos, atualmente abriu-se mais oportunidades nas instituições de ensino seja pública ou particular esta modalidade deve ser ofertada de maneira que o educando se desenvolva.

É importante salientar que a existência das deficiências nos seres humanos sempre existiu desde os primórdios das civilizações, em todos os lugares e classes de famílias, das mais ricas ás mais pobres, existiam índices de crianças que nasceram com deficiências por vários fatores. Desde que sejam por questões consanguíneas, fatores de doenças genéticas, acidentes e doenças em geral; Infelizmente o individuo que passava por essa realidade era visto como ser demoníaco desse modo, logo sempre foram maus interpretados e vítimas do preconceito social.

Na antiguidade clássica as pessoas

com deficiência foram consideradas possessas de demônios e de maus espíritos (...). Os modelos econômicos sócias e culturais impuseram as pessoas com deficiência uma inadaptação geradora de ignorância, preconceito e tabus que, ao longo dos séculos e séculos, alimentaram os mitos populares de perigosidade das pessoas com deficiência mental e do seu caráter demoníaco, determinando atitudes de rejeição, medo e vergonha (VIEIRA e PEREIRA 2003, p. 17 apud SILVEIRA, 2013, p.12).

Da antiguidade para a idade média não mudou muito a concepção do deficiente os mesmos eram associados á imagem de feitiçaria condenados por um "pecado" sujeitos altamente marginalizados, devido á pensamentos errôneos, com isso eram separados dos demais. Sendo pertinente destaca a presença da igreja católica com seu assistencialismo nesse período, tem objetivo de acolher bem como proteger as pessoas deficientes, sendo que estas pessoas como espécie de serviçais. Segundo Didó e Pokorski(2013) "A constituição Federal de 1988, no seu capitulo II, artigo 208, inciso III, afirma que é dever do Estado com educação garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, principalmente na rede regular de ensino". Entre tantas discursões sobre o assunto CF de 1988, garante a responsabilidade do Estado na promoção de educação de qualidade para todos os sujeitos que estão na situação de deficientes que sejam recebidos na escola pública ou particular no ensino regular recebendo as adequações metodológicas e professores qualificadas para assim desenvolverem-nos mesmos o ensino aprendizado adequado. Com a segunda guerra mundial veio à perspectiva de reintegração dos cidadãos que sofreram mutilações então surgir à declaração dos direitos humanos:

Surge então em 1948, a declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta declaração serviu de base para todas as declarações e legislações posteriores que defendem a inclusão e o direito de as pessoas de viverem em sociedade de forma justa e igualitária (SILVEIRA, 2013 p. 13).

A declaração dos Direitos Humanos fez surgir os documentos de interesse da inclusão sendo eles: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, Declaração de Jomtien, Declaração de Salamanca, Convenção de Guatemala, Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão. Esses documentos são em níveis internacionais e são de grande valia para estrutura e base das leis brasileiras e seus principais documentos (ECA, LDB 9394/96, Politica Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto de nº 7.611 de 17/11/2011).

A oferta de educação inclusiva apresentou quatro momentos em sua história: exclusão, segregação ou separação, integração e inclusão, onde é relevante destacar que estas fases ocorreram de maneiras diferenciadas para cada classe social, logo que a nobreza já ofertava a educação aos filhos de reis e condes através da igreja católica. Quanto à exclusão se tinha a ideia de débil mentais sujeitos contaminados pelo mal sem utilidade, até que a igreja os reconhece "como sujeitos que possuem alma".

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se se refere ás práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que- por causa das condições atípicas-não lhe pareciam pertencer á maioria da população. em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais (SASSAKI, 1997, p. 16 apud HORT, 2017, p.11) .

Desse modo viu-se que o processo da educação especial passou por vários momentos na história, tendo em vista a visão que se tinha na oferta onde sempre foi pensando para o sistema e nunca no deficiente, esperava-se trazer os mesmos a adaptar-se a sociedade como uma espécie de obrigação para que assim os mesmos fossem inseridos no meio social. Varias condições foram feitas como a fase de segregação ou também conhecida como separação, foram criados os espaços específicos para não misturá-los as escolas especiais, no momento da fase de integração os deficientes estavam na mesma escola regular, no entanto em grupos separados dos ditos normais. Só acontece uma verdadeira mudança com a chegada da chamada inclusão que inclui todos os alunos independentemente de suas condições físicas e psicológicas a,

Inclusão: e o processo e inclusão de pessoas com necessidade especiais, ou distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino, em todos os seus níveis, onde a escola é quem deve adequar-se aos seus alunos visando, sempre, á inserção na sociedade (CASTRO e FREITAS, 2005 apud PEREIRA 2009, p.13).

Todo ser humano é diferente, incompleto e imperfeito que se modifica por todo tempo o tempo todo, sendo importante ressaltar que as deficiências não é algo incomum. A deficiência estar intimamente ligada com a dificuldade e de se observar que todos os sujeitos têm de alguma forma uma necessidade alguma incapacidade de realizar algo.

Então a deficiência é um atributo da pessoa e a incapacidade surge decorrente da relação do individuo com o meio. Por exemplo, uma pessoa que não tem uma das mãos apresenta uma deficiência. Assim, dependendo das características individuais e dos recursos disponíveis, esse individuo pode ter dificuldade ou não conseguir realizar tarefas da vida diária, apresentando uma incapaci-

dade na execução de algumas tarefas; mas , sendo capaz de realizar outras (PEREIRA, 2009, p.12).

Da mesma forma que o ser humano não esta imune a ter uma deficiência, pois uns nascem outros adquirem durante a vida, vem consigo as dificuldades e a incapacidade de realização de tarefas que seriam simples antes da situação atual. Neste estágio com as impotências o sujeito recebe a chance de se reinventar procurar novas possibilidades. Segundo Campello(2013) A educação inclusiva surgiu na Declaração de Salamanca (1994) a qual prévia que todos os alunos deveriam estar dentro da escola e do ensino regular, independente de qualquer diferença social, linguística ou ética. Diante de tantas necessidades a educação está na lista do topo para que exista uma socialização dos deficientes no meio em que vive por isso as lutas, como também decretos e a declaração de Salamanca se da como arma nesse processo de inclusão social.

2.1 O lúdico na Educação Especial

A educação tradicionalista não dava espaço para a ludicidade por ter um pensamento radical do ato de aprender brincando, quando se trabalha com a infância entre a séries inicias do ensino fundamental e até mesmo na educação infantil, é importante que a aula seja diferenciada. Seja as brincadeiras, jogos ou brinquedos mas, que façam parte da vida cotidiana dos mesmos respeitando o conhecimento prévio que deve ser respeitado e trabalhado.

Os jogos, as brincadeiras, os brinquedos, enfim, as atividades lúdicas acompanham o desenvolvimento da civilização humana desde os primórdios. São antigos os indícios de brinquedos, brincadeiras e jogos criados e vivenciados pelo o homem nas mais diferentes culturas, em todos os cantos do mundo (SOMMERHALDER e ALVES, 2011, p. 11).

Essa realidade não é exclusiva de alguns lugares, mas sim se refere ao mundo todo cada um com suas particularidades e diferenças por que depende da cultura em que se estar inserida, todavia quando se trata de importância estão em unidade. Tem herança da educação dos jesuítas que tinham um pensamento diferenciado para o lúdico indo ao oposto com a própria igreja Católica que não concordava muito com essa prática desse modo faz-se importante destacar a maneira tradicionalista dessa época:

O surgimento da Companhia dos Jesuítas, no século XVI, abre um precedente nessa maneira de conceber a educação da criança. Contrapondo-se á Igreja que reprovava a vivencia das atividades lúdicas por crianças, jovens e adultos, os padres jesuítas compreenderam que não possível nem desejável suprimir a prática de jogos e das brincadeiras (SOMMERHALDER e ALVES 2011, p. 35).

Tendo visto a importância do lúdico sendo um instrumento bastante pertinente e por esse motivo foi ganhando espaço na escola e nas respectivas salas de aula, com isso destaca-se que se o jogo é um elemento de identidade que pode ser trabalhado individualmente ou por meio coletivo em grupos, uma vez que é um recurso de grande valia no trabalho de socialização e ensino aprendizagem dos educandos deficientes por o simples e pertinente motivo de adaptar o máximo possível às metodologias as dificuldades e particularidades dos educandos deficientes.

O jogo traz consigo elementos de nossa identidade pessoal e coletiva. Assim como nós o inventamos, criamos, transformamos e/ou reproduzimos uma infinidade de jogos e brincadeiras, também somos inventados, criados, transformados por eles. Nesse sentindo, o valor do jogo (assim como de outros elementos da cultura) para nossa aprendizagem e desenvolvimento é inestimável (SOMMERHALDER e ALVES 2011, p.12).

No intuito de possibilitar momentos que ofereça reprodução e criação, partindo do estímulo e do prazer que transforma e faz desenvolver elementos para a aprendizagem com material concreto. Para Passos (2009) “Brinquedo educativo é um nome qualquer como outro qualquer. Se o brinquedo interessa á criança, se ele pede interação, reação, estimula observações, então é educativo”. Trata-se da importância de ter objetos concretos, temos os jogos a favor mais o educador deve ter uma preocupação em observar qual a sua funcionalidade se é um jogo educativo ou recreativo. O autor reforça ainda que “Observar o brincar de uma criança especial permite descobrir quais são suas habilidades e o que pode e deve fazer ao invés do que ela não pode fazer”. Outra preocupação para o educador esta na observação do educando para indicar jogos e brincadeiras que sejam de acordo com suas necessidades respeitando suas dificuldades, bem como se lembre da interação da classe para não haver distinções. De acordo comSommerhalder e Alves (2011) É no “como se” da brincadeira\ jogo que a criança busca alternativas e respostas para as dificuldades e\ou problemas que vão surgindo, seja na dimensão motora, social, afetiva ou cognitiva. Se o momento da utilização não construir um elo de possibilidades para que haja como consequências dimensões cognitivas, motoras e sociais no trabalho não estará existindo inclusão.

Brincar, jogar, brinquedo. Essas palavras têm um sentindo bem conhecido de todos nós. Especialmente quando criança. Elas representam a possibilidade de imaginarmos ser quem não somos, de estarmos em lugares e planetas diferentes, o prazer de satisfazer o desejo mesmo que de forma ilusória, de viver o suspense do inesperado, de viver a loucura sem ser louco, de divertir-se (SOMMERHALDER e ALVES 2011, p.16).

Incluir vem com a socialização dos deficientes com os ditos normais, o brincar e o próprio jogo são instrumentos construtivos se forem elaborados e planejados pelo docente que precisa pensar no todo. Uma das principais motivações é a oportunidade que os educandos têm em agir sobre o jogo, da liberdade de usar imaginação e raciocínio no momento do uso na oportunidade de ser protagonista naquele momento de manuseio.

2.2 Práticas de ensino na Educação Inclusiva

O ensino da educação inclusiva não se diferencia da educação dita para os "normais" é preciso planejamento, metodologias, escolas adequadas, professores qualificados e motivados e a família interligada no processo de ensino aprendizagem. Até porque o objetivo da educação é formar cidadãos para sociedade e antes de serem cidadãos, são seres humanos que possuem direitos e deveres iguais. Segundo Didó e Pokorski(2013) "A escola deve ter como principal objetivo as práticas sociais que envolvam os alunos, pais e professores no processo de conhecimento. A família e os alunos devem participar, interagir, compartilhar conhecimento". O ensino aprendizagem segue uma linha muito aquém muitas vezes se imagina, para que ocorra o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, há uma necessidade de um trabalho em conjunto, um envolvimento da escola, família e da sociedade.

A interação do professor só ocorre quando há uma visão despida de preconceitos do professor cabendo ao professor favorecer o continuo desenvolvimento dos alunos especiais paraplégicos, tetraplégicos, portadores de disritmia cerebral, de síndrome de Down, paralisia cerebral, com os alunos que não têm nenhuma deficiência (PASSOS, 2009 p. 79).

O professor não se trata de um detentor do saber, mas de um mediador entre o conhecimento e o aluno. Então existe uma preocupação e uma necessidade de que o mesmo esteja devidamente qualificado para a sua função, ressaltando que se faz de suma importância que o corpo escolar auxilie no momento de motivá-los para o trabalho com educação inclusiva que não é fácil. Nem todo profissional está abito para esse trabalho, pois vai além de mediar conhecimento, existem os preconceitos que a própria sociedade impõe bem como uma visão distorcida para com as dificuldades encontradas nas diferentes realidades de cada deficiente.

No momento em que o professor recebe o educando em sua sala de aula, precisa estar sempre em busca novas metodologias e recursos que o favoreça, que o impulsione para o desenvolvimento, não exigindo que o educando adapta-se a aula mais o contrário, a aula tem que ir de encontro com o educando. Muitos ficam apenas no achismo ou dependendo de métodos antigos, tradicionalistas, todo um profissional que se preze precisa se reinventar para que não exclua mais inclua seus educandos no processo de desenvolvimento.

E importante que os professores tomem ciência do diagnostico e do prognóstico do aluno com necessidades educativas especiais, entrevistem pais ou responsáveis para conhecer todo conjuntas de estimulação família e escola, peçam orientações e procurem profissionais como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, que estejam atendendo ou que já atenderam estes alunos, solicitando relatórios e avaliações e pesquise várias técnicas, métodos e estratégias de ensino, em que variáveis como o desenvolvimento da linguagem , o desenvolvimento físico, sobretudo as experiências sociais estejam presentes (PASSOS, 2009, p. 79).

Não existem métodos prontos para cada especificidade no trabalho com os educandos deficientes, o que há são recursos e métodos a serem testados e planejados da melhor maneira, entretanto se tratando de educação inclusiva precisa-se ir além, e realmente entender as dificuldades e a melhor maneira no exercício diário do trabalho em sala de aula. Para tanto, só se consegue com uma interação entre a família e outros profissionais da área da saúde que tem um histórico, relatórios e técnicas para que auxiliem o professor na sua vivência na trajetória do progresso deste alunado. Não se caminha sozinho, tão pouco se pode sentir-se totalmente preparado para o desenvolvimento, volto a reafirma precisa-se trabalhar em conjunto.

A inclusão escolar é um processo gradual que deve adaptar-se de acordo com as necessidades dos alunos, uma vez que busca a integração escolar através de diferentes meios, sendo eles linguísticos de aprendizagem ou sócias, tomando o professor o mediador e incentivador da construção do conhecimento através da sua interação com os alunos e entre os alunos (DIDÓ, 2013, p.82).

A mediação do professor necessita ser uma espécie de envolvimento interacional, o profissional não é como já foi dito detentor do saber ao mesmo que ensina também se aprende e vice versa. Para Offial e Patel(2013) Mediar uma aprendizagem significa, respeitando as diferenças , bem como o aprendizado de cada um, favorecendo e respeitando a individualidade este é o maior desafio dos professores que trabalham com inclusão. Os desafios são vastos mais é necessário um planejamento eficaz e adaptado às necessidades dos educados respeitando as particularidades para torna possível o aprendizado. As adaptações não estão apenas na aula, ao receber um educando deficiente todo corpo docente e discente acaba tendo que reorganizar-se; vai depender do tipo de necessidade, se, por exemplo, for física, visual ou até

mesmo intelectual. Os espaços das escolas precisaram nesse momento de planejamento e adequações sejam elas direcionadas as estruturas físicas ou pedagógicas, o ambiente influência, além de garantir acessibilidade aos mesmos.

Quando trabalhamos com a educação inclusiva, a nossa prática pedagógica deve estar voltada para a reflexão, de como está meu trabalho, como os alunos estão se desenvolvendo, as adaptações e a organização ambiente escolar estão corretas, todas essas indagações vão fazer parte da rotina de trabalho do professor. Para que o ambiente escolar favoreça a inclusão é muito importante que toda comunidade escolar esteja engajada nesta causa, a fim de assegurar que todos tenham direito a uma educação de qualidade, que ela esteja voltada á diversidade e seja garantida a todos os cidadãos (OFFIAL e PATEL 2013, p. 22).

Oferecer uma educação de qualidade em ambiente adequado é direito e dever dos profissionais que fazem parte da escola, esta obrigação não está apenas a cargo do professor, mas de todos, para que favoreçam a socialização e valorização do ambiente acolhedor e propício para aprendizagem. Que haja respeito entre os sujeitos independente de sua condição física ou psicológica, é relevante destacar o quanto é importante uma óptica que valorize a garantia de direitos, que trabalhe a importância dos deveres que os cidadãos têm, para que construam sujeitos aptos a conviver em uma sociedade que grita por justiça e igualdade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com inclusão vai muito além da estrutura física de escola e de sala multifuncional com estantes repletas de matérias pedagógicos. Entende-se que o ato de incluir perpassa a questão visual, está no dia a dia da escola, no núcleo da vivência, porque precisa ser algo que aconteça na prática de verdade e não apenas um faz de contas como forma de alimentar um sistema. Incluir é unir pensamentos, fortalecer a socialização de sujeitos, vencendo preconceitos internos, mostrando que dificuldades e incapacidades todos os seres humanos tem e que precisam na realidade serem ultrapassados. Mas para tanto é pertinente destacar o investimento para com uma formação contínua do profissional que muitas vezes recebe a culpa do mau trabalho, porém não recebeu condições pedagógicas e até mesmo psicológicas para planejar e exerce seu trabalho com as diversidades de deficiências existentes. Ressaltando que a escola precisa adaptar-se as necessidades dos deficientes e os objetos concretos são recursos propícios a ludicidade possuindo a funcionalidade de incluir e socializa-los, fazendo com que haja interação acarretando no processo de ensino aprendizagem justo e igualitário.

Todo trabalho que se preze necessita de planejamento e quando se trata da sala de aula requer uma vivência cotidiana para estarem a par dos avanços e dificuldades dos educandos e se tratando dos deficientes diante das lutas e da importância de inclusão na sociedade a cada passo é uma vitória. Lembrando que a questão não esta apenas em alfabetizá-los, mas sim socializá-los preparando-os como cidadãos que possam ser protagonistas de sua própria história, vencendo suas limitações, pois são justamente as diferenças que aproximam os seres humanos da igualdade.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Deficiência Auditiva e Libras. Centro Universitário Leonardo da Vinci-Indaial: Grupo Uniasselvi, 2009.

DIDÓ, Andréia Gulielmin; POKORSKI, Juliana de Oliveira.Práticas de ensino em deficiência auditiva. Indaial: Uniasselvi, 2013.

HORT, Ana Paula Fischer e Ivan Carlos. Educação especial e inclusão escolar. Indaial: Uniasselvi, 2017.

OFFIAL, Patrícia Cesário Pereira; PATEL, Viviane Pessoa Padilha. Práticas de ensino para deficiência intelectual: matemática, leitura e escrita. Indaial: Uniasselvi, 2013.

PASSOS. Arlei Ferreira. Educação Especial: Prática de aprendizagem, convivência einclusão. São Paulo: Centauro, 2009.

PEREIRA, Silvana Mara. Deficiência Física. Centro Universitário Leonardo da Vinci-Indaial: Grupo Uniasselvi, 2009.

SILVEIRA, Tatiana dos Santos da. Prática pedagógica em deficiência física. Indaial: Uniasselvi, 2013.

SOMMERHALDER, Aline; ALVES, Fernando Donizete. Jogo e a Educação da Infância: muito prazer em aprender. -1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2011.

RESUMO

O teatro na Educação Infantil é uma forma de expressão, diversão e desenvolvimento, pois auxiliar as crianças a expandirem o vocabulário e a melhorar a pronúncia, entonação e vocalização, além de enfatizar a cooperação, o trabalho em equipe e o sentido de pertencimento a um grupo. O objetivo deste trabalho implica conhecer a importância do teatro na primeira etapa da educação básica o aluno amplie sua sensibilidade, percepção, reflexão e imaginação através da rea-